



POBREZA E PARTICIPAÇÃO: DECIFRA-ME OU TE DEVORO

POVERTY AND PARTICIPATION: DECIPHER ME, OR I'LL DEVOUR YOU

LA PROBREZA Y LA PARTICIPACIÓN: O DESCUBRELA, O TE COME

Rosinha Machado Carrion, Dra.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brazil

carrion@ea.ufrgs.br

RESUMO

Historicamente vêm ocorrendo transformações no modo de problematizar a pobreza e nas estratégias para enfrentá-la. No período mais recente o debate vem sendo tensionado entre, de um lado, a visão neoliberal, que entende a pobreza como uma questão de necessidades desatendidas, e toma o mercado como principal referência para a promoção do desenvolvimento e da inclusão social e, de outro, a abordagem dos teóricos críticos, que a interpretam como uma questão de natureza também política e cujo enfrentamento exigiria intensa e qualificada participação das populações afetadas. O presente artigo introduz diferentes abordagens para a análise e interpretação do comportamento de indivíduos muito pobres vivendo na periferia da cidade de Porto Alegre com o objetivo de contribuir, teoricamente, para a compreensão do fenômeno da pobreza em países de modernidade periférica, como o Brasil.

Palavras-chave: Pobreza; Visão neoliberal; Teoria crítica; Comportamento; Modernidade periférica.

ABSTRAT

Historically transformations are occurring in order to problematize poverty and strategies to confront it. More recently the debate has been stretched between, on the one hand, the neoliberal vision that sees poverty as a matter as unmet needs, and takes the insertion in the market benchmark to reduce it and on the other, the approach critical theorists, who interpret it as a matter of nature and also political confrontation which would require intense and qualified participation of affected populations. This paper introduces different approaches to the analysis and interpretation of the behavior of very poor people living in the periphery of Porto Alegre aiming to theoretically contribute to the understanding of the phenomenon of poverty in peripheral countries of modernity, such as Brazil.

Keywords: Poverty; Neoliberal vision; Critical theory; Behavior; Peripheral modernity.

RESUMEN

Históricamente transformaciones están ocurriendo con el fin de problematizar la pobreza y las estrategias para hacerle frente. Más recientemente, el debate se há estendido entre, por um lado, la visión neoliberal que ve la pobreza como una cuestión de necesidades insatisfechas, y toma la inserción em el mercado como punto de referencia para reducirla y, por outro, el enfoque de los teóricos críticos que lo interpretan como una cuestión de la naturaleza y también la confrontación política que requereria la participación intensa y cualificada de las poblaciones afectadas. Este artículo presente los diferentes enfoques para el análisis e interpretación de la conducta de las personas muy pobres que viven en las afueras de Porto Alegre, com el objetivo de contribuir teoricamente a la comprensión del fenómeno de la pobreza em países periféricos de la modernidade, como Brasil

Palabras clave: Pobreza; Visión neoliberal; Teoria crítica; Comportamento; Modernidade periférica.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo dá seqüência a dois projetos de pesquisa, um primeiro realizado com base no referencial teórico da Teoria Econômica da Inovação, com o intuito de analisar potencialidades, desafios e limites à inovação, em empreendimentos de Economia Solidária, no Rio Grande do Sul e no Paraná. Enquanto o

segundo, realizado em um bairro localizado na periferia de Porto Alegre, que entre os anos 1950 e 1970 fora utilizado como aterro sanitário para o lixo domiciliar da cidade, teve por objetivo investigar em que medida o programa “Governança Solidária Local” (PMPA, 2005) do executivo municipal contemplava as especificidades da população local, das quais 52% eram mulheres; cerca de 22% crianças de zero à 6 anos; 31% das famílias tinham renda média de até dois salários mínimos; 5% dos homens responsáveis por domicílios eram analfabetos, enquanto outros 5,7% tinham no máximo um ano de escolaridade (Mapa da Exclusão Social, 2004)

Ao longo do desenvolvimento do primeiro projeto constatou-se a presença de fatores que apesar de não terem sido teoricamente problematizados, insistiam em atravessar a possibilidade de sucesso dos empreendimentos solidários, mesmo nos casos onde se registrava o investimento de recursos públicos e a presença de extensas redes de apoio formadas por organizações sociais, empresas e universidades.

Se de um lado, o insucesso poderia ser atribuído à disputa inter empreendimentos (CARRION, 2006), à forte presença de elementos da cultura política clientelista (CARRION; LOPES, 2004), e ao caráter assistencialista das medidas adotadas pelas redes de apoio (COSTA; CARRION, 2005), conforme evidenciado em estudos anteriores, de outro, chamava a atenção o comportamento dos trabalhadores “solidários”.

Por que - considerando-se que a participação na gestão de organismos comunitários como associações, cooperativas e redes contribui para a democratização das decisões - eram raras as pessoas que participavam?

Já no segundo projeto, realizado em uma zona da cidade de Porto Alegre formada por quatro ilhas cuja população tinha passado de 2.634, em 1996, para 5061 habitantes, em 2000 e para 8830, em 2010 (Censo do IBGE), chamava a atenção que pessoas que já habitavam o local há mais tempo, ou seja, que conheciam as peculiaridades da topografia local tivessem aceito participar da implantação de uma horta comunitária, incentivada pelo movimento de economia solidária, ainda que fosse de conhecimento comum que a área inundava com a chegada das chuvas de inverno. Por outro lado, por que outro grupo de pessoas da mesma comunidade teria aceito participar de um “projeto” de fazer sabão, a partir de sebo animal, se era evidente faltarem as condições mínimas para assegurar a viabilidade da iniciativa? Ou ainda, porque também nesta mesma comunidade, na qual o índice de desemprego era muito elevado, apesar de haverem máquinas de costura em boas condições depositadas no espaço que funcionava como uma espécie de centro comunitário, e algumas das pessoas desempregadas tivessem feito curso para operá-las, elas permaneciam inativas?

Por que se havia carência de alimento e a comunidade dispunha de um forno elétrico industrial trifásico, que em operação poderia atender à necessidade de pão de grande parte da população, o forno permanecia desativado?

A explicação para esses dois últimos casos poderia ser relativamente simples: por insuficiência; inadequação ou falta de articulação entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais a área não era atendida por rede elétrica.

Como bem aponta Zimmermann (2006), os organismos encarregados da implementação de políticas públicas de combate à pobreza, no Brasil, carecem de integração, de tal modo que ao invés de se complementarem, não raro sobrepõem ações e deixam de realizar outras de fundamental importância para a obtenção de um impacto positivo. Citando Lavinias, Zimmermann (2006, p. 148) destaca, ainda, “a necessidade de uma participação maior tanto dos governos estaduais como do governo federal na implementação de medidas de combate à fome e à pobreza no Brasil.

Por outro lado, no que tange à ociosidade das máquinas de costura, pessoas que haviam feito a formação declararam não saber operá-las, enquanto outras apontaram a falta de material para a costura, assim como - embora fosse praticamente véspera do Natal - estarem aguardado o representante de uma empresa que havia ficado de trazer modelos para a confecção em tecido de lembranças natalinas.

A inatividade dos equipamentos revelando-se, assim, associada a um somatório de fatores, que incluíam desde práticas clientelistas, até o caráter notoriamente assistencialista das medidas postas em prática por organizações religiosas e por empresas que se relacionavam com a comunidade como parte do exercício da “responsabilidade social corporativa”.

Quanto às demais questões elas permaneciam, todavia, sem resposta: por que as pessoas demonstravam aparente desinteresse pela gestão de seus empreendimentos e, portanto, de disporem de um maior controle sobre suas vidas? Por que aceitavam participar de iniciativas como a horta, ou ainda, a “produção de sabão”, quando ambas estavam fadadas ao insucesso?

Ou seja, porque não participavam das situações que poderiam representar benefícios futuros e se envolviam em atividades sem perspectiva de futuro?

As questões sem resposta representavam um desafio para os paradigmas teóricos da gestão social e da análise organizacional, com os quais trabalhávamos, fazendo reboar em nossa cabeça a observação de Souza (2009, p. 1)

O economicismo, de tão hegemônico, transformou-se na única linguagem social compreensível por todos, de tal modo que nossos graves problemas sociais e políticos são todos superficialmente percebidos e amesquinados a questões de gestão de recursos. Com isso, cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma —gerência eficiente— a crença fundamental de toda visão tecnocrática do mundo - quando, na verdade, sequer se sabe do que se está falando

A essa primeira observação somando-se uma segunda, também de Souza (2006, p. 16) ao criticar DaMatta por atribuir a dinâmica social à “cultura” desconsiderando as determinações estruturais que pesam, igualmente, sobre ela: *Uma verdadeira teoria da ação social deveria explicar como e por que, em alguns casos singulares um princípio de imporia e, em outros casos, como, e por que, isso não acontece.*

A busca do sentido para aquilo que se apresentava para nós como um enigma, essa tarefa a qual nos dedicamos no presente artigo, que registra avanços teóricos na problematização do tema da pobreza.

2 POBREZA UM FENÔMENO ESTRUTURAL EM PAÍSES DE “MODERNIDADE PERIFÉRICA”

Um primeiro ponto a esclarecer é porque classificar como moderno, ainda que de *modernidade periférica* (SOUZA, 2006), um país como o Brasil, tradicionalmente apontado como a síntese de dois países um *arcaico* e outro *moderno* (DAMATTA, 1979)

Conforme Souza (2006), o Brasil é moderno dado que tanto o Estado, como o Mercado, se pautam pela “ideologia da competitividade” (HERMET, 2005), e os princípios de flexibilidade, integração e sub-contratação, sendo a performance de “excelência” um dos valores mais cultuados por ambas instituições. É também moderno por privilegiar, o que Taylor (1994) denominou de “valores da vida cotidiana”, por referência à valorização do trabalho, da poupança e das atividades comerciais, na essência do regime capitalista, em sua fase moderna.

Não é demais lembrar, que mesmo no coração do sertão brasileiro, a economia das trocas simbólicas, cujas características - amplamente analisadas por Marcel Mauss (2006) Malinowski e Polanyi (1983) - modelavam as relações sociais nas sociedades tradicionais ou “pré-capitalistas” foi substituída pela economia de mercado e por relações econômicas capitalistas.

A lógica instrumental inerente ao modo de produção capitalista invadiu de tal modo o conjunto das relações sociais, que as situações nas quais a proposta da economia solidária têm tido sucesso têm exigido a intervenção de “organismos reguladores”, em pontos cruciais do processo de formação de valor. Um exemplo, é a criação de uma moeda, ou *circulante local*, como é o caso da experiência do Banco Palmas. Outro, é o arranjo produtivo “Justa Trama”, que engloba o conjunto dos nós (do plantio do algodão à comercialização de produtos têxteis acabados) da cadeia produtiva de formação de valor do algodão orgânico. Ou seja: para que princípios *outros* de organização da produção e de valorização do trabalho - como é o caso da proposta solidária - tenham alguma possibilidade de se impor diante do individualismo e da competição selvagem, que perpassam o imaginário social moderno, é preciso adotar estratégias que permitam controlar o conjunto das etapas de formação de valor.

No que se refere ao qualificativo de “periférica” – que Souza utiliza para classificar a modernidade de países atravessados por um ethos transclassista, que naturaliza as desigualdades, como o Brasil (SOUZA, 2006; SPINK; SPINK, 2005; JOBIM; SOUZA; PASSARELI, 2005), para compreendê-lo é preciso que nos reportemos ao fenômeno globalização, ou mundialização, que favoreceu o descolamento das grandes corporações industriais para a periferia econômica do sistema nas quais se produz o valor, a ser “realizado” no centro, por ocasião do consumo (DOWBOR, 2009).

A circulação do fluxo global de capitais e o extraordinário ganho obtido através do capitalismo financeiro são nitidamente prejudiciais aos países de economia periférica (KAPOOR, 2006). Mesmo os fluxos da chamada Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)ⁱ não são suficientes para a transferência de renda e distribuição da riqueza. Situação essa que exige que qualquer proposta de uma nova arquitetura financeira internacional passe, necessariamente, pela análise do desequilíbrio entre, de um lado, a produção de riqueza, em âmbito mundial, e de outro, o modo como ela vem sendo apropriada. Há também a destacar a questão da dívida externa dos países na periferia do capitalismo, 25% da qual foi adquirida durante a vigência de regimes de exceção, sem que a aplicação de recursos tivesse visibilidade pública. Por outro lado, nos últimos vinte e três anos todos, com exceção de três dos países que haviam contraído empréstimos, junto ao Banco Mundial, apesar de já terem pago na íntegra o valor líquido devido, permaneciam na qualidade de “devedores”, (KAPOOR, 2006), como foi até recentemente o caso do Brasil.

Outra questão diz respeito aos fluxos financeiros internacionais. Os países desenvolvidos, à exceção dos escandinavos, não cumprem o percentual-meta de 0,7% do PIB que deveriam estar sendo destinados aos países em desenvolvimento gerando, assim, um fluxo negativo na situação dos pobres. Conforme aponta Kapoor (2006) cerca de 200 a 350 bilhões de dólares voltam anualmente aos cofres dos países centrais, em decorrência de atividades de suas respectivas empresas em países de economia periférica.

Evidências como as acima apontadas não permitem que se continue a pensar a pobreza como um “estagio de passagem”, a ser superado à medida em que os países de *modernidade periférica* cumpram diretrizes - como as impingidas nos anos 1990 pelos adeptos do Consenso de Washington e, posteriormente denunciadas

como nocivas e perversas, pelos mesmos atores que foram seus principais defensores, entre os quais Stiglitz (2002); Iglesias (2006) e instituições como o World Bank (1997), e o Fundo Monetário Internacional.

A pobreza é, simultaneamente, uma construção social, dado que produto de um processo social de naturalização de desigualdades e, um fenômeno relacional, na medida em que é parte constitutiva da “modernidade” globalizada. Em sua manifestação presente verifica-se, todavia, um agravante: se no período seguinte à Segunda Guerra Mundial a consolidação econômica dos países do Norte se deu às custas dos países do Sul, o que os tornava fundamentais à expansão do capitalismo, o crescimento da pobreza no mundo e, sobretudo, do segmento que Souza (2009) denomina de *ralé*, é supérfluo (CASTEL, 1995) e inútil (GIRAUD, 2008) do ponto de vista da reprodução do capital. Ou seja, distintamente de outros estágios do modo de produção capitalista nos quais a presença de um exército de reserva de mão de obra foi fundamental, para a extração da mais valia, no presente, o excedente populacional com relação às necessidades de mercado, é percebido como um estorvo. Como um inútil social.

A pobreza, o modo como os pobres são tratados, como bem colocado por Yazbek (2012, p. 288) reflete, é “a expressão das relações vigentes na sociedade”.

Em uma sociedade na qual o valor da pessoa é determinado em função de seu patrimônio material, o pobre não passa de um incômodo estorvo, de cuja responsabilidade o Estado procura se liberar repassando a execução de programas voltados a essas populações para Organizações Sociais, sem capacidade para bem executá-los (CARRION, p. 2000).

Assim, se até meados dos anos 1970, o conceito de exclusão referia-se à população afastada do sistema formal de trabalho, a partir dos anos 1980 - como apontam Pochman e outros (2003) - associado à crescente dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, instala-se o fenômeno que Paugam (2003) denominaria de *exclusão como processo*, representativo de uma dinâmica em que os requisitos de qualificações - independentemente do perfil profissional - tendem a uma obsolescência permanente, o que vai requer um contínuo e redobrado esforço dos trabalhadores para manterem sua *empregabilidade*, o que implica em custos econômico-sociais, e psíquicos, e no desenvolvimento de um certo tipo de relação com o trabalho, que parece ser atributo restrito a um pequeno grupo de profissionais no topo da hierarquia profissional.

O trabalhador sem escolaridade, que é uma das características da população pobre, tornou-se inútil e desnecessário e sem valor sequer como exército de reserva de mão-de-obra, na medida em que as tecnologias micro-informatizadas e os novos métodos de gestão romperam com a equação produtividade do capital/força de trabalho empregada.

É preciso ter claro, que a pobreza e o “atraso” das classes oprimidas e exploradas, são parte constitutivas da organização social, política e econômica dos países de modernidade periférica, em um mundo de economia “globalizada”. Representam a face sombria, que o capitalismo financeiro quer fazer crer, se trata de um “estágio transacional” a ser superado, na medida em que esses países cumpram a “lição de casa”, nos termos idealizados pelos ideólogos do neoliberalismo

Aumenta, neste cenário, a informalidade. Conforme dados do Atlas da Exclusão Social (2005) estimava-se que em 2005, cerca de 64% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira estivesse atuando no mercado informal, 30% da qual concentrada nas cinco maiores regiões metropolitanas, agravando o quadro de exclusão e pobreza nos grandes centros urbanos.

O fato do Brasil ter conseguido reduzir em 75% a pobreza extrema no período entre 2001 e 2012, conforme demonstra o Mapa da Fome 2013 (FAO, 2013), não elimina o fato de 8,4% da população brasileira, ou seja, cerca de 16 milhões de pessoas continuarem a viver com menos de US\$ 2,00 por dia, situação essa que reflete a perversa concentração de renda que caracteriza o nosso país.

Apesar dos programas sociais compensatórios, do governo Lula, como o Bolsa Família e assemelhados, o número de brasileiros que de modo permanente não tem acesso a um mínimo de recursos e é, portanto, excluído da riqueza social permanece alarmante no Brasil. Barros, Henriques e Mendonça (2001) sustentam que as causas da estabilidade da pobreza brasileira estaria muito mais fortemente vinculadas à má distribuição da renda, do que à escassez de recursos, em termos agregados. Os autores apontam, ainda, que em termos de PIB o Brasil supera a geração de riqueza de outros 64% dos países e de 76% da população mundial e, em termos de média, a renda brasileira é superior àquela de três quartos da população mundial. O Brasil não é um país pobre. É um país de muitos pobres. Mesmo entre países com renda per capita semelhante à brasileira, nosso índice de pobreza assusta.

Em matéria publicada em dezembro de 2013, portanto há menos de um ano, o próprio jornal Valor Econômico (2013), que é pautado pela lógica dos negócios aponta: “a camada mais pobre da população é maior do que imaginavam. Formada pelas classes D e E, essa parcela equivale a 37,3% dos domicílios no país e não 18,2%, segundo a metodologia atual”. Assim, enquanto em países ricos a média de população pobre é de 8% no Brasil ela é superior aos 30%. Para complementar, basta a comparação interna: a renda per capita dos brasileiros médios, é de cinco a oito vezes maior que a linha de indigência, e três a quatro vezes a linha de pobreza. Ou seja, a distribuição mais equânime da renda seria suficiente para erradicar toda a indigência e pobreza brasileiras.

Vilela de Souza (2007) argumenta que o Estado brasileiro ao se submeter, como outros estados nação de modernidade periférica, à pressão do capitalismo transnacional, abriu mão da soberania política e da possibilidade de fazer frente ao problema da pobreza, o que torna inviável se pensar uma solução para a nossa pobreza independentemente da reforma política do país.

Também para Demo (1995), pobreza e características do sistema político são elementos profundamente imbricados. Reduzido à condição de “público alvo” de políticas assistencialistas, que suprem suas necessidades mais básicas e, subsidiário de uma cidadania assistida ou tutelada que lhe é conferida como dádiva, o pobre brasileiro teria se tornado paciente e passivo face os desmandos do Estado (DEMO, 1999).

Deveríamos, então, interpretar que os trabalhadores solidários pobres cujas condições de trabalho havíamos analisado aceitavam participar de situações insólitas, como a construção de uma horta em local que em breve seria invadido pelas águas, como sinal de paciência, passividade e desalento?

3 DESALENTO E RESISTÊNCIA À PARTICIPAÇÃO: UMA PRIMEIRA TENTATIVA TEÓRICA DE EXPLICAÇÃO

A pobreza não apenas subalterniza, humilha e gera fadiga. Ela aliena, conforme apontam Yazbek (2012) e Simmel, que destaca:

Os pobres, na maioria dos casos, não tem direito a reclamar, o que o torna o objeto da atividade do grupo, e distante de tudo, o que o faz viver como um corpus vide ao sabor da vontade do todo.

A pobreza “desqualifica” (PAUGAM, 2003), produz “identidades deterioradas” (GOFFMAN, 1982), estigmatiza, sobretudo quando o pobre circula fora de seu meio social.

[...] para aqueles que portam no corpo o signo visível de suas desvantagens sociais, a cidade, é um espelho que auto-reflete sua condição marginal, pois ao estarem circulando fora dos seus espaços de origem, são identificados, não mais como cidadãos, mas como objetos que precisam ser observados e controlados”. (CASSAB, 2002 apud SOUZA JUNIOR; SOUZA; PASSARELLI, 2006, p. 121).

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, condição comum não apenas aos pobres, mas a um número cada vez maior de pessoas, em uma sociedade globalizada, - como sinaliza Queiroz (1996:295) – contribui para o desalento: “*Seria contrário aos fatos sustentar que não existe um vínculo constante entre esta exclusão e a construção de uma identidade negativa*”ⁱⁱ.

Todavia, mesmo que nós interpretássemos como “vulnerabilidade social”ⁱⁱⁱ, o baixo interesse demonstrado pela população pobre das ilhas, face às diferentes instâncias de participação institucionalizadas pelo poder público, paralelamente à implantação do Programa de Governança Solidária, como conciliar essa conduta com a capacidade de organização e de resistência, que habitantes dessa mesma comunidade haviam demonstrado, quando o poder público municipal protelara o atendimento de suas reivindicações, de alimentos e agasalhos, por ocasião das cheias no inverno de 2007?

4 UM PROBLEMA DE INADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SUPORTE À PARTICIPAÇÃO OU, AINDA, FALHAS NO ESPAÇO PÚBLICO?

Já tendo presenciado, no acompanhamento de outras comunidades, ao fracasso de projetos de desenvolvimento local, no qual não ocorrera o envolvimento efetivo do conjunto das pessoas da comunidade (CARRION; LOPES, 2004; HELLWIG; CARRION, 2005), e partidários das teses de Demo e Putnam, portanto, que a pobreza é um problema de natureza política e, que a participação é fundamental para a promoção do desenvolvimento, *teceu-se a hipótese que a explicação para a aparente “passividade”, que observávamos em pessoas da comunidade, sobre a qual nos debruçávamos naquele momento, poderia ser uma decorrência da inexistência de mecanismos e estruturas formais e/ou informais capazes de canalizar a participação dos habitantes locais.* Ou seja, o problema poderia ser de “governança”, do programa Governança Solidária Local, que o executivo municipal estava implantando nas ilhas, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e a inclusão social.

Ainda que escape ao âmbito do presente artigo aprofundar o debate acerca da noção de governança, o fato do termo ser freqüentemente confundido com governabilidade^{iv}, exige uma rápida distinção entre eles.

Conforme Santos (2002), a governabilidade tem por foco a gestão eficiente dos recursos públicos e privilegia as responsabilidades e os mecanismos de transparência e controle do Estado, enquanto a governança - cujo debate ganha força no Brasil com o retorno do regime democrático - foca a capacidade do Estado para lidar democraticamente com os conflitos de interesse (SANTOS, 2002, p. 55) e incita à análise dos mecanismos, estruturas e arranjos institucionais existentes para assegurarem direitos iguais de participação às diversas categorias de atores em disputa no “campo”, no sentido que Bourdieu (1989) atribui ao termo.

Sob influência intelectual também da lógica habermasiana, que remete à racionalidade como um processo lingüístico, e à emancipação humana como desafio a ser conquistado pela via do entendimento intersubjetivo, é nessa segunda acepção, ou seja, como sistema de coordenação das ações apoiado em mecanismos, estruturas e arranjos institucionais de suporte à participação e ao diálogo entre grupos de interesse em conflito, que o exercício da governança irá nos interessar.

Assumia-se como premissa de base, que um sistema de governança assentado em uma rede social em que estivessem representados os diferentes grupos de interesse presentes no território, e que contasse com canais formais (tais como os Conselhos Municipais de Gestão), ou informais (como, por exemplo, o Orçamento Participativo/OP) de participação, asseguraria as condições para a interatividade e a “comunicação de noções que podem ser compartilhadas e criticamente examinadas pelos seres racionais dispostos ao entendimento”.(MAGALHÃES, 2007, p. 236). Ou seja, a presença dessas estruturas garantiria a presença do “espaço público” necessário para a ocorrência das trocas inter subjetivas, defendidas por Habermas como condição para a emancipação humana e, por Demo como necessárias à negociação dos conflitos de interesse e, por Putnam, como condição para a promoção do desenvolvimento.

5 APESAR DO “ESPAÇO PÚBLICO”, A PARTICIPAÇÃO PERMANECIA UM DESAFIO

A partir de 2005 tem início a implantação do programa “Governança Solidária Local”, na comunidade cuja “resistência” à participação, em alguns momentos; a “passividade”, em outros, e, a capacidade de confronto com o poder público, em outros ainda, nos intrigava. Idealizado pelo Executivo Municipal com o objetivo de promover o desenvolvimento solidário e sustentado, o referido programa vai se focar nas zonas mais problemáticas, social e economicamente, da cidade.

Antecedido de um longo debate com diferentes segmentos da sociedade (o poder público; o setor privado; as universidades; organizações sociais e representantes da comunidade) e calcado em palavras com forte apelo simbólico, tais como: empoderamento; participação, solidariedade; desenvolvimento do capital social etc., que sinalizavam a crença na relação participação/relações de confiança/espírito de comunidade cívica/desenvolvimento, de acordo com a tese de Putnam (2002) - a implantação do PGSL se fez acompanhar da criação de diferentes instâncias e estruturas, que tinham por finalidade facilitar o diálogo entre o Estado e a Sociedade, assim como coordenar a integração das políticas públicas e dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários à promoção do desenvolvimento local.

Para a consolidação do programa, idealizado com o apoio de uma consultoria externa com um vasto currículo de experiências de desenvolvimento comunitário e promoção do desenvolvimento local, entre os quais o Comunidade Solidária e o DELIS^v o executivo municipal investiu na qualificação de agentes municipais que passaram a atuar como agentes de intermediação entre a comunidade e o poder público; contratou via convênio ONGs com tradição em educação popular para a mobilização da comunidade em torno do projeto governamental e a consolidação da rede social pré-existente na comunidade; foram também realizadas várias reuniões com as comunidades envolvidas no projeto, para a construção em cada uma delas de um diagnóstico participativo dos problemas mais pungentes, e para a definição conjunta dos objetivos com cujo alcance os membros da comunidade deveriam se comprometer e, o executivo municipal apoiar.

Em reunião com a coordenadora geral do Governança Solidária Local, em maio de 2009, ela nos informou que o programa, cujo ponto forte seria a participação e o envolvimento da comunidade, estava ativo nas ilhas. Em entrevistas que realizamos, posteriormente com uma das mais representativas lideranças comunitárias locais e com técnicos da principal ONG contratada para a mobilização popular a versão era, todavia, bastante diferente. Conforme o depoimento desse conjunto de atores, a rede comunitária pré-existente continuava a existir, mas o representante local do executivo municipal não aceitava participar de debate sobre outros temas que não os expressamente propostos pelo governo, com o que acabara por se produzir o esvaziamento da rede; os objetivos de desenvolvimento acordados não haviam sido atingidos e o projeto teria caído no descrédito da comunidade.

Estar-se-ia, assim, diante de mais uma experiência desastrosa do poder público e de mais uma vivência de decepção da comunidade?

Ainda que diferentes abordagens no campo dos estudos organizacionais, ou da gestão social, nos permitissem apontar as “razões” subjacentes à falta de interesse da maioria dos habitantes locais por questões que lhes diziam direito, como explicar o fato de que outras pessoas, da mesma comunidade e vivendo em condições semelhantes, se interessassem por participar?

Uma primeira evidência era, pois, que aquilo se denomina, genericamente, de “pobreza”, não é um todo homogêneo. Apresenta variações, as quais nos interessava entender.

6 A RALÉ BRASILEIRA

Contrapondo-se às teses de Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda que atribuem a extraordinária desigualdade e o sistema de privilégios, que caracterizam a sociedade brasileira, ao acesso diferenciado ao capital social, Souza (2006, p. 15) argumenta, que mesmo sendo “inegável a influência do capital de relações sociais para as chances de sucesso pessoal de qualquer indivíduo em qualquer sociedade moderna”, o fundamento de nossa desigualdade repousa em um processo ideologicamente construído, que nos impede de perceber que as pessoas não agem em “total liberdade”, mas em decorrência de habitus, ou de disposições para agir, modelados por suas experiências prévias de vida.

Ideologia esta cristalizada em nossas instituições, as quais quando em função de atendimento às necessidades de populações em situação de risco social agem como se a sociedade fosse “*composta por um conjunto de “homo economicus”^{vi}, intercambiáveis e fungíveis, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, auto-controle e auto-responsabilidade*” (SOUZA, 2006, p. 10)

Ao pautarem suas práticas tomando como “certo”, como “verdade” que os indivíduos teriam (ainda que alguns em estado latente), as mesmas disposições para agir, as instituições brasileiras remetem a responsabilidade e a “culpa” pelo fracasso de políticas públicas e de práticas corporativas de inclusão social, aos sujeitos dessas práticas.

Apontados como “negligentes”, “desinteressados” e “preguiçosos”, os pobres são culpabilizados por sua própria situação de fragilidade (Mauriel: 2010). São acusados e responsabilizados pela ideologia cristalizada em nossas instituições e cuja lógica reproduzem ao sentirem eles próprios vergonha por seu “insucesso”, dado que também eles partilham dos valores que impregnam o imaginário coletivo.

Subjacente à qualquer prática social está uma hierarquia “escondida e opaca” de valores que se inscrevem de modo pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo em nossas ações, disposições e escolhas (BOURDIEU, 1989).

Conforme apontado por Pontes (2010) as concepções conservadoras continuam a predominar nas políticas de assistência social brasileira

Os valores hierarquicamente organizados pela classe social que detém o controle do Estado e, ideológico da sociedade, uma vez cristalizados em instituições inscrevem-se em nosso imaginário, em nosso espírito e em nosso corpo, como verdades, através do trabalho disciplinar das instituições, como já apontava Foucault (1975).

Assim como Marx explicou a posição de classe à partir da situação do indivíduo em relação à posse dos meios de produção, e Bourdieu (2006, p. 9-11) demonstrou que até mesmo o gosto, esse atributo aparentemente tão pessoal, é moldado pela escola e a classe social de origem do sujeito social.

Os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Neste sentido deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer <...> todas as práticas culturais (frequência de museus, exposições, concertos, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura, ou música estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar, ou número de anos de estudo) e secundariamente, à origem social <...> o “olho”, é um produto da história reproduzido <...> o olhar “puro”^{viii}, é uma invenção histórica.

Para Souza, somos um país de modernidade periférica cindido de norte à sul, de leste à oeste, por um fosso moral, cultural, político e econômico que divide nossa sociedade entre, cidadãos e sub-cidadãos. Os cidadãos representados pelo contingente de brasileiros cujos *habitus*, ou disposições para agir lhes possibilitam responder às exigências “modernas” do mercado, do Estado e da esfera pública (ainda que alguns sejam considerados como tendo mais direito a ter direitos), e que por terem em comum a inserção no mercado, partilham de um sentido mínimo de igualdade de direitos.

Do outro lado, está a multidão formada pelos indivíduos, que apesar de assim como os cidadãos estarem submetidos à ideologia da competitividade e a lógica do mercado, não foram socializados de modo a desenvolverem os *habitus*, ou disposições para agir, indispensáveis para responderem de modo *virtuoso* à lógica do mercado.

A grande contribuição de Souza (2006, 2009), para a problematização da pobreza se deve ao recorte que ele estabelece no interior deste segundo grupo, ou seja, da multidão formada pelos “pobres”, através do qual ele vai identificar dois grupos, com características distintas: a ralé, e o grupo, que por falta de um termo específico chamaremos de “sob o fio da navalha”.

A “ralé” seria formada pelo contingente de indivíduos vivendo em estado de miséria não apenas econômica como também moral e que abrange os indivíduos e as famílias desestruturadas pelos contextos de precariedade dos subúrbios. Conforme alerta Souza (2009), a ausência das condições mínimas para a vida com dignidade produz uma miséria não apenas material, mas acima de tudo cultural e moral. Não raro são famílias mono-parentais ou, então, formadas por homens e mulheres que não conseguem cumprir com as funções sociais de assegurar o sustento; de incitar os filhos à disciplina e de lhes aportar o carinho e o cuidado indispensáveis para o desenvolvimento da auto-confiança. São famílias que:

Vivem em uma situação de guerra de todos contra todos, pra ficar com o tema hobbesiano, nas famílias da ralé, de mães que se voltam contra as filhas em situações de abuso por padrastos ou parentes, de pais desempregados que se entregam ao álcool porque não conseguem mais cumprir com seus deveres de pais, e acabam sendo botados pra fora de casa (TABATTA, 2009)

Conforme Souza (2006) a ralé representa a outra face da modernidade em países de *modernidade periférica*, como o Brasil. Não se trata, pois, de um nível transacional, ou estagio de passagem de uma situação “tradicional” (ou de uma “cultura moral” tradicional) e *atrasada*, para outra *moderna* (pela incorporação dos valores do Mercado e do Estado) - o que sugeriria que adotadas as políticas públicas “certas”, todos teriam iguais oportunidades de inserção econômica- mas de um fenômeno relacional, de uma construção social que só pode ser compreendida à luz da cultura moral imposta, ideologicamente, pelo mercado e o estado à serviço dos interesses do capital e da burguesia

Ainda conforme Souza, o segundo segmento de pobres é formado por indivíduos, que têm em comum o sentido de dignidade que os faz se sentirem responsáveis por suas famílias e a adotarem um tipo de comportamento econômico identificado por Bourdieu (1979), como “disposição para a previdência”, a qual reflete a capacidade de pensar o futuro, e requer para existir um mínimo de controle sobre as condições presentes da vida material.

Diferenciam-se, pois, dos cerca de 30 milhões de brasileiros “sub-cidadãos” (VILELA, 2997), que compõem a “ralé”, também por não viverem sob o estado de privação generalizada em que qual vivem os sujeitos sociais que compõem a ralé. A eles atribuímos a denominação de “sob o fio da navalha”, considerada a fragilidade de sua situação, uma vez não possuem as disposições capitalistas clássicas, para assegurar seu ingresso virtuoso no mercado capitalista de trabalho, nem uma renda mínima estável que lhes assegure proteção contra a miséria material típica dos sujeitos da ralé.

O universo simbólico dos indivíduos sob o fio da navalha não se esgota, todavia, no aqui e agora, ou seja, no imediatismo. Eles são dotados do sentido de futuro, e são capazes de poupar para garantirem para si, e para suas famílias condições adequadas de vida amanhã. O que os move, não é, entretanto, o amor ao lucro do burguês, mas o sentimento de dignidade e de responsabilidade moral para com suas famílias e/ou seus grupos de pertença.

Um exemplo desta categoria de indivíduos, é o do pequeno camponês proprietário de seus meios de produção, mas sem reservas que lhe assegure um futuro tranquilo independentemente da labuta diária na terra. Não raro desconfiado das instituições econômicas do capitalismo, como os bancos, prefere investir o excedente da produção na compra de mais terra, ou de cabeças de gado. Diferencia-se, simultaneamente, da ralé e da burguesia. Da primeira por seu sentimento de dignidade, de compromisso para com a família, enfim por sua cultura moral impregnada do sentido de dignidade. Já do segmento “burguês”, do qual aparentemente se aproxima, dado assim como este ter também uma relação com o futuro – se distingue pelo fato da “mola propulsora” de seu comportamento ser de origem moral e não econômica.

A possibilidade de experimentar o sentimento de dignidade e, portanto, de agir movido pela disposição para a previdência depende, todavia, como apontado por Taylor (1989), da superação do estagio de luta desesperada pelo atendimento das necessidades básicas de sobrevivência.

Sem a superação deste estágio, a vida se resume no aqui e agora, as relações sociais e afetivas se brutalizam. A atividade política, que exige a capacidade de sonhar e visão prospectiva de futuro, é destituída de sentido.

Por outro lado, para que não se caia em erro semelhante ao de “naturalização das desigualdades”, como ocorre na sociedade contemporânea e vem sendo apontado pela literatura acadêmica dedicada ao estudo do tema (SPINK, M. J. P.; SPINK, P., 2005; JOBIM; SOUZA; PASSARELI, 2005), é fundamental não esquecer - e essa uma das teses de Souza - que a “miséria moral” típica da ralé não é uma condição inata de certos grupos sociais, mas uma construção social resultado da extrema pressão econômica e estrutural que pesa sobre grande parte da população em países de modernidade periférica como é o caso do Brasil e dos demais países da América Latina. Situação essa que os políticos clientelistas não cessam de explorar em proveito próprio.

Do mesmo modo, disposições apontadas como “inatas”, como as de planejamento e “liderança”, nada têm de naturais. São disposições aprendidas e específicas de certos grupos sociais. Assim como o jovem de educação burguesa, filho de empresário desenvolve a disposição, ou “competência” para o mando e a agilidade verbal, o pobre na favela aprende, como condição de sobrevivência, a obedecer e a fazer de conta que concorda, mesmo quando discorda.

Aquilo que se apresenta como a “docilidade” do pobre, é a face visível, a ponta do iceberg de uma disposição aprendida, com o respaldo institucional da escola, e organizada para premiar o aluno bem sucedido, conforme um sistema de hierarquização de valores que recompensa as habilidades coerentes com a reprodução da racionalidade instrumental e capitalista.

É um erro confundir a economia psíquica da burguesia, com a da ralé. É por conta da percepção economicista típica do pensamento liberal, que lidera no Brasil, que o nosso marginalizado:

[...] é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa —andar com as próprias pernas (SOUZA, 2009, p. 10).

Até mesmo o gosto, que parece algo tão “pessoal”, tão íntimo, como apontado por Bourdieu (2006), é uma construção social, e nada tem de espontâneo:

A personificação do “gosto” serve antes de tudo para a definição da “personalidade distinta”, uma personalidade que aparece como o resultado de qualidades inatas <...> as lutas entre as diversas facções das classes dominantes se dão, precisamente, pela determinação da versão socialmente hegemônica do que é uma personalidade distinta e superior. A classe trabalhadora que não participa dessas lutas pela definição do critério hegemônico de distinção seria um mero negativo da idéia de personalidade, quase como uma “não pessoa” (SOUZA, 2006, p. 45)

O que torna a situação da ralé, ainda mais gritante, do ponto de vista de qualquer teoria da justiça e dos direitos humanos, é o fato dela não ter função social alguma, para o sistema “globalizado”, dela ser supérflua, sem utilidade (CASTEL, 1995). À medida que foi rompida a equação aumento da produtividade/aumento do número de pessoas trabalhando; em que cada vez se tornam mais sofisticados os atributos de qualificação exigidos pelo mercado de trabalho e, em que caíram as fronteiras nacionais ao deslocamento do capital produtivo, a ralé perdeu sequer o atributo de “mercado de reserva de mão-de-obra”, e passou a ser encarada cada vez mais apenas como um custo social. Um custo social, do qual o Estado procura se liberar repassando, via

relações contratualizadas o atendimento dos segmentos mais pobres da população, ou seja, da “ralé”, para “Organizações Sociais”, o que explica também em parte o extraordinário crescimento do Terceiro Setor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a problematização acima não se tem a pretensão de esgotar o tema da pobreza, mas, à exemplo de Édipo, que ao decifrar o enigma da esfinge construiu uma ponte entre o passado e o futuro, chamar a atenção para a complexidade do tema da pobreza e, contribuir para a construção de pontes intelectuais entre questões que vem sendo tratadas de modo separado, ora pela economia, ora pela gestão, ora pela ciência política e, ora, ainda pela sociologia.

Nosso objetivo foi, e é, pois, contribuir para a construção de um modelo transdisciplinar de entendimento da pobreza e de intervenção política de modo a estarmos preparados para agir também sobre os processos sociais, como o preconceito, que nos impedem de tratar de frente o problema das desigualdades.

Urge, não apenas reintegrar a contribuição das diferentes ciências sociais, mas antes de mais nada e, como ensinou Morin, pensar, problematizar integradamente os problemas.

Conforme já anunciava também Bourdieu (1989, p. 62):

[...] como condição para o evitamento da análise dissocializada e supra-determinada, e para pôr em evidência as capacidades criativas, ativas e inventivas dos atores”, é preciso sair da filosofia da consciência e do determinismo estruturalista, “reintroduzindo, deste modo, uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo.

É sob uma perspectiva integrada de elementos da análise organizacional, da gestão social e da teoria disposicional, que adquire sentido que pessoas vivendo em uma espécie de “depósito humano” - eufemisticamente chamado de “comunidade” - que no passado não tão distante foi utilizado como depósito do lixo metropolitano e, no presente, continua carente de serviços básicos de infra-estrutura, como água canalizada e luz elétrica - aceitem participar da construção de uma horta, que vai lhes permitir saciarem a fome imediata, ainda que no futuro todo o esforço empenhado venha a ser destruído pelas águas das chuvas de inverno.

A “não participação”, neste caso específico, implicaria em ter disposição para a previdência, a qual, como nos ensina Souza (2006) nem todos os pobres possuem, dado a pobreza ser um fenômeno poliforme.

As disposições dos pobres variam. A pobreza não se constitui num todo homogêneo. Entre aqueles que as estatísticas, genericamente, classificam como “pobres”, existem pessoas com disposições diferentes, entre as quais algumas que possuem uma cultura moral e são dotadas de valores que podem contribuir para sua inserção “virtuosa”, no mundo do sistema e da lógica instrumental do capitalismo, ainda que não compartilhem o ideal do lucro, típico do pensamento burguês. São os “sobre o fio da navalha”. Os indivíduos que poupam, por exemplo. Movidos não pelo interesse na reprodução do capital, mas pelo sentido de responsabilidade para com a família.

É possível se fazer uma analogia, aqui, entre o empresário que realiza ações sociais, apostando na melhoria da imagem de sua empresa e, em retorno econômico futuro e, aquele que realiza o mesmo tipo de ação movido pelo sentimento de responsabilidade para com a comunidade.

Por outro lado, sob a abordagem da teoria disposicional, o comportamento que se apresenta como “passividade” e *corpus vide, ao sabor da vontade do todo*, conforme descrito por Simmel (1998), reflete a

disposição aprendida para ocultar-se, calar-se pela vergonha “ao ficar embaraçado em sua relação a seu corpo e em seu corpo” (BOURDIEU, 2009, p. 6), ao tomar consciência de sua condição de escória da sociedade, pois, não se pode esquecer que o poder (simbólico) de opressão e controle social do sistema reside, exatamente, em sua capacidade de subjetivar (provocar a aderência, a submeter) o oprimido à mesma lógica que o oprime. Impondo a ele a consciência da exclusão (GUATTARI; ROLNIK, 1993).

Mas, como dar conta, do fato da comunidade superando históricas rixas, entre grupos e facções políticas, ter sido capaz de se unir para bloquear a única via de acesso, que liga o norte ao sul do estado do Rio Grande do Sul, no período das enchentes, quando o poder público deixou de prover alimentos e agasalhos indispensáveis para a sobrevivência de um contingente significativos de habitantes locais?

Porque também entre os membros da pobreza - essa construção social complexa e multiforme - existem pessoas com disposição para a liderança e, não se pode esquecer o caráter simbólico do confronto, do enfrentamento político do poder instituído na Prefeitura da cidade, oportunizado pelo episódio, ao partido político deposto do poder na gestão de Porto Alegre, após quase 15 anos de reinado absoluto e que só desabou com a decepção dos gaúchos com a “ascensão” do Partido dos Trabalhadores e de Lula ao poder no Governo Federal.

Subjacente ao bloqueio da estrada não há dúvida que estavam políticos de carreira. Mas, havia, igualmente, sujeitos sociais pobres instituídos como “lideranças”, a partir do momento em que conseguiram, com criatividade, transpor “habilidades” desenvolvidas anteriormente (e destituídas de valor, em seu “campo” de atuação cotidiano) para “campos”, no sentido bourdiano do termo, em que elas são dotadas de valor. A união da criatividade, de um lado, e de atributos do momento histórico, de outro, viabilizando o fenômeno de capitalização de habilidade, que Bourdieu (1979), denomina de (re) invenção criadora.

Paralelamente, analisando-se as medidas de apoio aos “necessitados” do bairro do Arquipélago, prestadas por diferentes categorias de atores, entre os quais: representantes do Movimento de Economia Solidária, congregações religiosas, organizações não governamentais e empresas constata-se, que ainda que seja comum, a todos eles, o sentimento que prestar auxílio aos necessitados, é um dever moral, não parece estar presente a consciência que a miséria fere um direito social. Ou seja, que a fome é inconstitucional e, como tal, é crime. É crime permitir que pessoas padeçam de fome. Como, entretanto, superar essa situação em um país como o nosso no qual clientelismo e concentração da renda se retro alimentam em um perverso círculo virtuoso?

Penso que há várias questões a serem trabalhadas, para tal. Em primeiro lugar, e como acima apontado, destacaria a necessidade de se expandir – via processo educativo - a compreensão da vida digna, com um direito. O que significa dizer investir na educação para a cidadania, e no repúdio a toda a forma de preconceito e naturalização das desigualdades.

Em segundo lugar, apontaria a necessidade de se qualificar as políticas públicas. Por “qualificação” das políticas públicas entendo a integração eficiente das diferentes políticas evitando-se sobreposições e falhas.

Mas talvez o desafio maior nos remeta à questão da participação da sociedade na formulação das políticas públicas.

Algo no sentido para o qual aponta o novo Marco Regulatório da Sociedade Civil, conforme previsto na Lei 13.019, de 2014?

Sim, e não. Sim, na medida em que quanto mais ampla e qualificada for essa participação maior a chance do reconhecimento dos direitos sociais para o conjunto da população brasileira.

Não, enquanto for mantido o vínculo umbilical de dependência econômico-financeira do Estado no qual vive, hoje, a quase totalidade das chamadas “Organizações da Sociedade Civil, no Brasil. Dependência econômica, implica em perda de autonomia política.

Acreditamos que a participação qualificada da sociedade civil na formulação de políticas públicas, só será alcançada quando as organizações que a representam dispuserem de autonomia política, o que significa dizer: de independência financeira seja do Estado, seja de qualquer outro tipo de ator.

Do mesmo modo que a pobreza é uma construção social e histórica, o são as políticas públicas.

Dar conta da pobreza exige, assim, o comprometimento de todos e de cada um nós, com a construção de uma sociedade, de um sistema econômico e de um regime jurídico no qual os direitos sociais sejam não apenas “reconhecidos”, como solidamente assegurados.

Quanto às questões que ficam, ainda, em aberto, e elas são várias, serão objeto de novos estudos, pois a grande certeza que temos, é que o desvendar de um aparente paradoxo, a luz jogada sobre uma contradição apenas abre a cortina para que possamos enxergar a próxima e, nesse sentido, como o fio de Ariadne a produção do conhecimento é um labirinto eternamente renovado.

Artigo submetido para avaliação em 04/03/2014 e aceito para publicação em 12/03/2014

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. PAES ; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza. **Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Texto para discussão n. 6. p. 331-353, fev. 2008.
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade Inaceitável da Desigualdade Brasileira. **IPEA**, Rio de Janeiro. Texto para Discussão n. 800.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Editions du Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção : crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2006a.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26. Junho 2009. (mimeo).
- CARRION, R. S. M.; LOPES, André de Oliveira (IC). Desenvolvimento Local e Governança: O Caso da Central de Comercialização de Matéria Prima para o Setor de Reciclo em Porto Alegre. In: CARVALHO NETO, Antônio; NEVES, Magda de Almeida Neves; FERNANDES, Duval Magalhães (Org.). **Trabalho e Cidade**. IRT - Instituto de Relações do Trabalho/PUC Minas. Contagem/MG, 2004. p. 211-235. (V. 1).
- CARRION, R. S. M.; VALENTIN, Igor; HELLWIG, Beatriz. **Residência Solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- CARRION, R. S. M. Competition and conflict in an Economic “Solidary” Network. **Colloque International La problématique du développement durable vingt ans après: nouvelles lectures théoriques, innovations méthodologiques, et domaines d’extension**. Lille (França) Centre Lillois d’Études et de Recherches Sociologiques et Économiques. 20-22 nov. 2008

- CARRION, R. S. M. ; GARAY, A. Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos: a Participação do Mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 12, n.2, p. 237-255, 2000.
- CARVALHO, F.J.C. Perdas e danos no jogo de erros da política Econômica. In: **Observatório da Cidadania 2003**. Rio de Janeiro: IBASE, 2003. p.85-93.
- CASSAB, M. Les jeunes pauvres et la ville: une relation dangereuse. In: AMORIM, M. **Images et discours sur la banlieue**. Paris: Érès, 2002.
- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.
- COSTA, Pedro de A.; CARRION, Rosinha M. Um Diagnóstico da Gestão Praticada em Iniciativas de Economia Solidária e os seus Desafios Gerenciais: Estudo de Caso do Município de Cachoeirinha. In: ARAÚJO, Margarete Panerai; BAUER, Maristela Mercedes. **Desenvolvimento Regional e Responsabilidade Social: construindo e consolidando valores**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005, p. 9-22.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995, 171 p.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999, 176p.
- DOWBOR, Ladislau. Hora de Redirecionar os Recursos. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, n. 22, p. 6-8. Maio 2009.
- FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **FAO reconhece avanços do Brasil no combate à Fome**, 2013. Acessado em: 19 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/FAOrabcf.asp>>
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Paris. Gallimard, 1975.
- FOURNIE, Martine (Coord.) **Pierre Bourdieu son oeuvre, son héritage**. Paris: Seuil, Sciences Humaines Éditions, 2008.
- GIRAUD, Pierre-Noël. **La Mondialisation: Émergences et Fragmentations**. Paris: Editions Sciences Humaines, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HELLWIG, Beatriz.; CARRION, Rosinha M. A Participação no Processo Decisório. Um Estudo em Economia Solidária. **Revista Gestão e Tecnologia**, Salvador, v. 6, série 1, p. 91-113. 2006.
- HERMET, Guy. La gouvernance serait-elle le nom de l'après-democratie ? l'inlassable quête du pluralisme limité. In: HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD'HOMME, Jean-François (Org.). **La Gouvernance: un concept et ses applications**. Paris: Karthala, 2005. p. 17-47.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. **Revista de la CEPAL 90**, Dic. 2006
- IPEA. Pobreza e Exclusão Social. In: **Brasil o Estado de uma Nação**. 2005. (V. III.)
- INSTITUTO BANCO DE PALMAS. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza, 2006.

JOBIM E SOUZA, Solange; PASSARELLI, Carlos André. Espaço urbano e construção subjetiva da desigualdade social: uma leitura possível das políticas da diferença. In: SPINK, Mary; SPINK, Peter. Introdução. In: SPINK, Mary; SPINK, Peter (Org.) **Práticas Cotidianas e Naturalização da Desigualdade**: uma semana de notícia nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006. p. 109-125.

KESSLER, Cristiano; CARRION, Rosinha M. Em Análise a Dinâmica das Relações em Redes “Solidárias”. Palmas (TO). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL. 2008, Palmas, Tocantins. **Anais...** 2., Palmas, Tocantins. 29 a 31 de maio, 2008.

KAPPOR, S. Para expor o mito e estancar as perdas. In: **Observatório da cidadania 2006**: arquitetura da exclusão. Rio de Janeiro: IBASE, p.14-20. 2006.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MAGALHÃES, Raul F. Ulisses e seu barco: esboço de uma crítica micro-sociológica à teoria crítica. In: SOUZA, J. ; MATTOS P. **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: AnnaBlume, 2007. p. 231-255.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo.. Abril Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores)

MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL DE PORTO ALEGRE. Edição revisada. Porto Alegre: **Secretaria de Planejamento Municipal**, 2004. mimeo.

MAURIEL, A.P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1966.

NOBRE PONTES, R.; Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período FHC. **Revista. Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2010.

PAUGAM, Serge (Org.) **L'exclusion l'état des savoirs**. Paris: Éditions la Découverte, 1996.

PMPOA. **Governança Solidária Local**: Porto Alegre Cidade-Rede. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Governança Solidária Local, 2005.

POCHMANN, M. et al. (Org.) **Atlas da exclusão social no Brasil**: manifestação territorial da pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, M. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**: agenda não liberal de inclusão social. São Paulo: Cortez, 2005.

POLANY, Karl. **La Grande Transformation** : Aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps. Paris: Gallimard. 1983.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

QUEIROZ, Jean-Manuel. Exclusion, identité et désaffection. In: PAUGAM, Serge (Org.) **L'exclusion l'état des savoirs**. Paris: Éditions la Découverte, 1996. p. 295-310.

SANTOS, O. A. J. **Democracia e Governo**: Dilemas da Reforma Municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

SIMMEL, Georg. **Les pauvres**. Paris: PUF, 1998.

SPINK, M.J.P.; SPINK,P., Introdução. In: SPINK, M.J.P.; SPINK, P. (Org.) **Práticas Cotidianas e Naturalização da Desigualdade**: uma semana de notícia nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006. p. 7-16.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. In: Souza, Jessé (Org.) **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 23-53.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira, quem é e como vive**, 2009. (No prelo)

SOUZA JUNIOR, Orlando; SOUZA, Solange J.; PASSARELLI, Carlos. Espaço Urbano e Constituição subjetiva da desigualdade social: uma possível leitura das políticas da diferença. In: SPINK, Mary; SPINK, Peter (Org.) **Práticas Cotidianas e Naturalização da Desigualdade**: uma semana de notícia nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006. p. 109-125.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents**. London: Allen Lane, 2002.

TABATTA, Lourdes. **Rede de Pesquisadores do Projeto**: Os Batalhadores Brasileiros. Documento de Estudo. Jun. 2009.

TAYLOR, Charles **Sources of self**: making of the modern identity. Cambridge: Harvard Press, 1989.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (Org.) **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VALOR ECONÔMICO. População pobre é maior do que se pensa. **Valor econômico**. Disponível em: 24 fev. 2014. Acesso em: <<http://www.fea.usp.br/media/fck/valor%20Mazzon.pdf>>

VILLELA DE SOUZA, Edson G. **Panorama Atual do Cooperativismo de Crédito no Brasil**: Globalização, Estado e Cidadania. Curitiba. 2007. 226 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito. 2007. 226p.

WORLD BANK. **Helping Countries Combat Corruption, The Role of the World Bank**. PREM (poverty reduction and economic management), Network. Washington D.C. September 1997.

YAZBEK, M.C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZIMMERMANN, C.R. Os Programas Sociais Sob A Ótica Dos Direitos Humanos: O Caso Do Bolsa Família Do Governo Lula No Brasil. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4. Ano 3, p. 144-159, 2006

Notas

ⁱ Criado na conferência internacional sobre o financiamento do desenvolvimento, organizado pela ONU em Monterrey, México, em 2002. Estabeleceu-se que os países desenvolvidos passariam a dedicar 0,7% do seu PIB anual para ajuda aos países em desenvolvimento.

ⁱⁱ Grifo da autora.

ⁱⁱⁱ O estado de vulnerabilidade social entendido como a situação, na qual o indivíduo, independentemente de seu esforço ou mérito, é impedido de ascender socialmente, dada a presença de mecanismos institucionais, políticos e culturais, amplamente aceitos pela sociedade, que lhe atribuem uma personalidade “sub-humana”, em função de atributos, tais como: sua origem sócio-econômica, sua cor, seu sexo, seu nível de escolaridade etc. (IPEA: 2005)

^{iv} Para Fiori, a governabilidade, antes do que um conceito referiria uma categoria estratégica de conteúdo normativo e associada à agenda neo-liberal contemporânea. Fiori, José Luis. (1995) A Governabilidade Democrática na Nova ordem Econômica. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, Nov. p. 157-172

^v O Programa DELIS, Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, implantado durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (SEBRAE) teve por foco o desenvolvimento local sustentado, com base na mobilização e integração do conjunto de recursos e atores sociais (empresas, setor público, organizações sociais, universidades, associações de classe, cooperativas, escolas, etc.) de comunidades brasileiras.

^{vi} Grifos do autor

^{vii} Grifos do autor.